

**LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA****TEXTO 1****EXPLORAÇÃO DE RIQUEZAS EM TERRAS INDÍGENAS**

A Constituição inclui entre os bens da União os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo, cabendo ainda à União competência para explorar essas riquezas, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão (artigos 20 e 21). Ao mesmo tempo, o artigo 231 obriga a sociedade e o Estado brasileiro a respeitarem a organização social, os costumes, a língua, crenças e tradições dos índios, bem como os direitos originários sobre as terras que eles tradicionalmente ocupam.

Pelo parágrafo 2º do mesmo artigo, a esses povos cabe ainda o “usufruto exclusivo” das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas suas terras. Com reforço de dispositivo do Código Civil, essa regra serve de apoio ao entendimento vigente de que os índios podem usar livremente os recursos florestais de suas terras em atividades tradicionais voltadas à sua sobrevivência física e cultural.

Assim, os índios podem cortar árvores para construir casas, fazer utensílios domésticos, móveis, instrumentos de trabalho, cercas, canoas e barcos, por exemplo. Se o objetivo for comercial, porém, sempre dependendo da iniciativa dos próprios índios, a exploração deverá seguir as restrições impostas pelo Código Florestal e outras leis, inclusive em relação ao manejo e à proibição de corte e venda de algumas espécies.

Sem colidir com o artigo 21, que define como bens da União os recursos hídricos e minerais, o parágrafo 3º do mesmo artigo 231 define condições gerais para o aproveitamento desses recursos quando se localizarem em terras indígenas. Nesse caso, a exploração só poderá ocorrer “com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”.

Ou seja, nesse caso não há usufruto exclusivo e está clara a previsão de uma lei regulamentadora. Em relação aos recursos hídricos, a regulamentação por meio da lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997) não vem impedindo que demandas cheguem ao Judiciário, especialmente em relação ao ponto que determina a consulta prévia às comunidades, um dos motivos de ações contra a instalação da usina de Belo Monte.

Já em relação aos recursos minerais, ainda permanece um vácuo de regulamentação, embora já estejam tramitando diversas proposições.

Um dos projetos de tramitação mais adiantada é de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), o PLS 121/1995, já aprovado pelo Senado e agora em exame na Câmara dos Deputados (PL 1610/96). Mas o movimento indígena vem defendendo que o tema seja regulamentado como parte do Estatuto dos Povos Indígenas.

**Fonte:** Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/04/exploracao-de-riquezas-em-terras-indigenas-em-destaque-na-cma>>. Acesso em: 25 set. 2019. [Fragmento adaptado].

**01)** Sobre o texto 1, é **correto** o que se afirma em:

**A** ⇒ A construção da usina de Belo Monte deu-se à revelia da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 1997.

**B** ⇒ Os índios podem explorar comercialmente a madeira existente em suas terras, desde que respeitem as restrições impostas pelo artigo 231 da Constituição Federal sobre o corte de algumas espécies.

**C** ⇒ **As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.**

**Justificativa:**

A alternativa C está correta, pois os índios têm direito à posse permanente das terras por eles ocupada (“direitos originários sobre as terras que eles tradicionalmente ocupam”), cabendo-lhes o “usufruto exclusivo” das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 231 da Constituição Federal. Isso está claramente explicitado nos dois primeiros parágrafos do texto 1.

A alternativa B está incorreta tendo em vista que as restrições sobre o corte de algumas espécies de plantas estão definidas no Código Florestal e outras leis, não no artigo 231 da Constituição Federal. No texto 1 consta: “Se o objetivo for comercial, porém, sempre dependendo da iniciativa dos próprios índios, a exploração deverá seguir as restrições impostas pelo Código Florestal e outras leis, inclusive em relação ao manejo e à proibição de corte e venda de algumas espécies”.

A construção da usina de Belo Monte deu-se em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997), embora isso não tenha impedido ações judiciais, não à “revelia” da lei, como se afirma na alternativa A. Apesar disso, há demandas judiciais porque não houve consulta prévia aos índios sobre a exploração dos recursos hídricos, como prevê a Constituição. No texto 1 consta: “Em relação aos recursos hídricos, a regulamentação por meio da lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997) não vem impedindo que demandas cheguem ao Judiciário, especialmente em relação ao ponto que determina a consulta prévia às comunidades, um dos motivos de ações contra a instalação da usina de Belo Monte”. Conclui-se, portanto, que está incorreto o que se afirma na alternativa A.

De outra parte a alternativa D está incorreta uma vez que consta no texto 1: “Já em relação aos recursos minerais, ainda permanece um vácuo de regulamentação, embora já estejam tramitando diversas proposições”. Ou seja, diferentemente do que se afirma na alternativa D, a exploração dos recursos minerais em terras indígenas não é claramente proibida pela Constituição Federal.

**D ⇒** A exploração dos recursos minerais em terras indígenas é claramente proibida pela Constituição Federal.

=====

**PARECER COMPLEMENTAR:**

A alternativa C está correta, pois os índios têm direito à posse permanente das terras por eles ocupada (“direitos originários sobre as terras que eles tradicionalmente ocupam”), cabendo-lhes o “usufruto exclusivo” das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 231 da Constituição Federal. Isso está claramente explicitado nos dois primeiros parágrafos do texto 1.

A alternativa B está incorreta tendo em vista que as restrições sobre o corte de algumas espécies de plantas estão definidas no Código Florestal e outras leis, não no artigo 231 da Constituição Federal. No texto 1 consta: “Se o objetivo for comercial, porém, sempre dependendo da iniciativa dos próprios índios, a exploração deverá seguir as restrições impostas pelo Código Florestal e outras leis, inclusive em relação ao manejo e à proibição de corte e venda de algumas espécies”.

A construção da usina de Belo Monte deu-se em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997), embora isso não tenha impedido ações judiciais, não à “revelia” da lei, como se afirma na alternativa A. Apesar disso, há demandas judiciais porque não houve consulta prévia aos índios sobre a exploração dos recursos hídricos, como prevê a Constituição. No texto 1 consta: “Em relação aos recursos hídricos, a regulamentação por meio da lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997) não vem impedindo que demandas cheguem ao Judiciário, especialmente em relação ao ponto que determina a consulta prévia às comunidades, um dos motivos de ações contra a instalação da usina de Belo Monte”. Conclui-se, portanto, que está incorreto o que se afirma na alternativa A.

De outra parte a alternativa D está incorreta uma vez que consta no texto 1: “Já em relação aos recursos minerais, ainda permanece um vácuo de regulamentação, embora já estejam tramitando diversas proposições”. Ou seja, diferentemente do que se afirma na alternativa D, a exploração dos recursos minerais em terras indígenas não é claramente proibida pela Constituição Federal.

**DECISÃO DA BANCA:** MANTER A QUESTÃO E O GABARITO.

=====

02) Com base no texto 1, é **correto** afirmar que:

A ⇒ Para a pesquisa e a lavra dos recursos e o aproveitamento dos potenciais hídricos em terras indígenas, basta obter a autorização dos índios.

B ⇒ A regulamentação da exploração de minerais, em terras indígenas, é tema de diversas proposições que tramitam no Congresso Nacional.

**Justificativa:**

É correto afirmar que tramitam no Congresso Nacional diversas proposições para regulamentar a exploração de minérios em terras indígenas, conforme consta nos dois últimos parágrafos do texto 1. (“Já em relação aos recursos minerais, ainda permanece um vácuo de regulamentação, embora já estejam tramitando diversas proposições.” “Um dos projetos de tramitação mais adiantada é de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), o PLS 121/1995, já aprovado pelo Senado e agora em exame na Câmara dos Deputados (PL 1610/96). Mas o movimento indígena vem defendendo que o tema seja regulamentado como parte do Estatuto dos Povos Indígenas.” Conclui-se, portanto, que a alternativa B está correta.

Para a pesquisa e a lavra dos recursos e o aproveitamento dos potenciais hídricos em terras indígenas, é preciso autorização ou concessão da União, ouvidas as comunidades afetadas. Conforme texto 1, “a Constituição inclui entre os bens da União os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo, cabendo ainda à União competência para explorar essas riquezas, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão (artigos 20 e 21)”. O que se afirma na alternativa A está, portanto, incorreto.

A alternativa C está incorreta, pois no texto 1 não consta informação sobre a existência de debates frequente no Senado em torno dos direitos garantidos aos índios e da possibilidade de exploração de recursos naturais existentes em suas terras. O que existe são projetos e debates que visam regulamentar a exploração desses recursos naturais em terras pertencentes aos índios.

Não consta no texto 1 informação sobre mobilização “intensa” dos índios sobre o direito de explorar recursos minerais em suas terras, embora reivindiquem que o assunto seja regulamentado como parte do Estatuto dos Povos Indígenas. Conclui-se, assim, que a afirmativa da letra D está incorreta.

C ⇒ Debates em torno dos direitos garantidos aos índios e da possibilidade de exploração de recursos naturais existentes em suas terras têm sido frequentes nas comissões técnicas do Senado.

D ⇒ Os povos indígenas também se mobilizam, cada vez mais, para influir sobre o direito de exploração dos recursos minerais em suas terras.

=====

**PARECER COMPLEMENTAR:**

É correto afirmar que tramitam no Congresso Nacional diversas proposições para regulamentar a exploração de minérios em terras indígenas, conforme consta nos dois últimos parágrafos do texto 1. (“Já em relação aos recursos minerais, ainda permanece um vácuo de regulamentação, embora já estejam tramitando diversas proposições.” “Um dos projetos de tramitação mais adiantada é de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), o PLS 121/1995, já aprovado pelo Senado e agora em exame na Câmara dos Deputados (PL 1610/96). Mas o movimento indígena vem defendendo que o tema seja regulamentado como parte do Estatuto dos Povos Indígenas.” Conclui-se, portanto, que a alternativa B está correta.

Não consta no texto 1 informação sobre mobilização “intensa” dos índios sobre o direito de explorar recursos minerais em suas terras, embora reivindiquem que o assunto seja regulamentado como parte do Estatuto dos Povos Indígenas. Conclui-se, assim, que a afirmativa da letra D está incorreta.

**DECISÃO DA BANCA:** MANTER A QUESTÃO E O GABARITO.

=====

03) Assinale a pergunta que pode ser **corretamente** respondida com base no texto 1.

A ⇒ Quais são as circunstâncias legais que autorizam retirar os índios de suas terras?

B ⇒ Em caso de exploração mineral em terras indígenas, devidamente autorizada pela União, qual o percentual de participação nos lucros será destinada aos índios?

C ⇒ Por que houve questionamentos judiciais relativamente à construção da usina hidroeétrica de Belo Monte?

D ⇒ De acordo com a Constituição Federal do Brasil, a quem pertencem os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais?

**Justificativa:**

A Constituição Federal inclui entre os bens da União os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os existentes em terras indígenas. E, de acordo com o texto 1, cabe ainda à União competência para explorar essas riquezas, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão (artigos 20 e 21 da Constituição Federal). Conclui-se, assim, que a pergunta feita na letra D pode ser respondida com base no texto 1.

A pergunta da letra B não pode ser respondida com base no texto 1, uma vez que a lei prevê a participação dos índios nos casos de exploração mineral em suas terras, mas o percentual dessa participação não consta no texto 1.

O texto 1 se refere à existência de questionamentos judiciais relativamente à construção da usina hidroeétrica de Belo Monte, mas não esclarece as causas ou os fundamentos desses questionamentos. Embora seja possível deduzir que um dos fundamentos das ações judiciais seja a ausência de consulta prévia às comunidades indígenas afetadas pela hidroeétrica de Belo Monte, isso não é possível afirmar com certeza. Conclui-se, portanto, que a pergunta da letra C não pode ser respondida corretamente com base no texto 1.

Embora o artigo 231 da Constituição Federal defina as condições de remoção dos índios de suas terras, tal informação não pode ser respondida com base no texto 1.

=====

**PARECER COMPLEMENTAR:**

A Constituição Federal inclui entre os bens da União os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os existentes em terras indígenas. E, de acordo com o texto 1, cabe ainda à União competência para explorar essas riquezas, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão (artigos 20 e 21 da Constituição Federal). Conclui-se, assim, que a pergunta feita na letra D pode ser respondida com base no texto 1.

A pergunta da letra B não pode ser respondida com base no texto 1, uma vez que a lei prevê a participação dos índios nos casos de exploração mineral em suas terras, mas o percentual dessa participação não consta no texto 1.

O texto 1 se refere à existência de questionamentos judiciais relativamente à construção da usina hidroeétrica de Belo Monte, mas não esclarece as causas ou os fundamentos desses questionamentos. Embora seja possível deduzir que um dos fundamentos das ações judiciais seja a ausência de consulta prévia às comunidades indígenas afetadas pela hidroeétrica de Belo Monte, isso não é possível afirmar com certeza. Conclui-se, portanto, que a pergunta da letra C não pode ser respondida corretamente com base no texto 1.

Embora o artigo 231 da Constituição Federal defina as condições de remoção dos índios de suas terras, tal informação não pode ser respondida com base no texto 1.

**DECISÃO DA BANCA: MANTER A QUESTÃO E O GABARITO.**

=====

**TEXTO 2****Produção industrial cai 0,3% de junho para julho**

A produção industrial brasileira teve queda de 0,3% na passagem de junho para julho deste ano, o terceiro resultado negativo consecutivo. A perda acumulada no período chega a 1,2%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada hoje (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção teve queda ainda maior na comparação com julho do ano passado (-2,5%). A indústria também acumula recuos de 1,7% neste ano e de 1,3% em 12 meses.

Entre as grandes categorias econômicas, a queda de junho para julho foi puxada pelos bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos (-0,3%), e pelos bens intermediários – os insumos industrializados usados no setor produtivo (-0,5%).

Por outro lado, os bens de consumo tiveram alta no período e evitaram um desempenho pior da indústria no mês. Os bens semi e não duráveis cresceram 1,4% no período, enquanto os bens duráveis avançaram 0,5%.

Onze das 26 atividades industriais tiveram queda na passagem de junho para julho, com destaque para outros produtos químicos (-2,6%), bebidas (-4,0%) e produtos alimentícios (-1%).

Entre as 15 atividades com crescimento, o principal destaque ficou com as indústrias extrativas, que tiveram alta de 6%.

**Fonte:** Economia - iG. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/empresas/industria/2019-09-03/producao-industrial-no-brasil-cai-0-djunho-para-julho.html>>. Publicado em 03 de set. 2019. Acesso em 25 set. 2019. [Fragmento adaptado].

**04)** Em relação ao que se afirma no texto 2, assinale a alternativa **correta**.

**A** ⇒ Como a produção industrial brasileira teve queda de 0,3% na passagem de junho para julho em 2019, o acumulado de queda nos últimos doze meses foi de 1,2%, de acordo com o IBGE.

**B** ⇒ Apesar de o número de atividades industriais com crescimento positivo ser maior do que 50%, na média geral o crescimento industrial no Brasil, na passagem de junho para julho do ano de 2019, foi negativo.

**Justificativa:**

De fato, das 26 atividades industriais pesquisadas, 15 delas tiveram crescimento na passagem de junho para julho de 2019, mesmo assim o crescimento ficou negativo, com -0,3% de queda. Conclui-se, então, que a afirmativa B está correta.

O acumulado de queda no crescimento industrial, no período de julho de 2018 a julho de 2019 foi -2,5%, e o acumulado em 2019 foi -1,2%. Ou seja, o que se afirma na letra A está incorreto.

Ao contrário do que se afirma na alternativa C, os bens de consumo tiveram alta no período de junho para julho de 2019. Conclusão: a alternativa C está incorreta.

Diferentemente do que se afirma na alternativa D, entre as atividades industriais pesquisadas, as indústrias extrativas foram as que mais cresceram no período. O texto, como se observa, inclui as atividades extrativistas como atividades industriais e econômicas pesquisadas. Ou seja, a alternativa D está incorreta.

**C** ⇒ A queda de junho para julho foi puxada pelos bens de consumo, confirma o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**D** ⇒ Entre as atividades industriais pesquisadas, os bens semi e não duráveis foram os que mais cresceram no período.

=====

**PARECER COMPLEMENTAR:**

De fato, das 26 atividades industriais pesquisadas, 15 delas tiveram crescimento na passagem de junho para julho de 2019, mesmo assim o crescimento ficou negativo, com -0,3% de queda. Conclui-se, então, que a afirmativa B está correta.

O acumulado de queda no crescimento industrial, no período de julho de 2018 a julho de 2019 foi -2,5%, e o acumulado em 2019 foi -1,2%. Ou seja, o que se afirma na letra A está incorreto.

Ao contrário do que se afirma na alternativa C, os bens de consumo tiveram alta no período de junho para julho de 2019. Conclusão: a alternativa C está incorreta.

Diferentemente do que se afirma na alternativa D, entre as atividades industriais pesquisadas, as indústrias extrativas foram as que mais cresceram no período. O texto, como se observa, inclui as atividades extrativistas como atividades industriais e econômicas pesquisadas. Ou seja, a alternativa D está incorreta.

**DECISÃO DA BANCA:** MANTER A QUESTÃO E O GABARITO.

=====

07) Assinale a alternativa cujo texto está de acordo com as normas da língua escrita padrão.

A ⇒ Com um circuito seletivo, o autódromo Spa Francorchamps é encarado como um grande desafio pelos pilotos, que podem tirar o máximo de proveito de seus carros. Todavia, esperam-se grandes emoções, pois há perspectiva de chuva no horário da corrida.

**Justificativa:** No texto “Com um circuito seletivo, o autódromo Spa Francorchamps é encarado como um grande desafio pelos pilotos, que podem tirar o máximo de proveito de seus carros. Todavia, esperam-se grandes emoções, pois há perspectiva de chuva no horário da corrida”, não há desvios das normas da língua escrita padrão.

Em “A Polícia Federal investiga os empresários que ajudaram os doleiros a fugir para a Bolívia e Paraguai. A polícia desses países não puderam prender eles porque o Brasil não fez um pedido formal”, existe um erro de concordância verbal (puderam = pôde) e desvio da norma no uso do pronome (prender eles = prendê-los).

Em “A cantora Anitta passou um cortado ontem. Tipo quando um fã se aproximou e teve um *love affair* com a *lady* revelado para quem quisesse ver”, o uso do marcador discurso “tipo” é característica da linguagem falada por jovens (gíria). Além disso, registra-se o uso desnecessário de vocábulos em inglês, o que caracteriza vício de linguagem denominado barbarismo.

Em “Para que mentir tanto se tu sabe que eu eu sei que tu não gosta de mim?”, falta concordância verbal (tu sabe = tu sabes; tu não gosta = tu não gostas).

B ⇒ A Polícia Federal investiga os empresários que ajudaram os doleiros a fugir para a Bolívia e Paraguai. A polícia desses países não puderam prender eles porque o Brasil não fez um pedido formal.

C ⇒ A cantora Anitta passou um cortado ontem. Tipo quando um fã se aproximou e teve um *love affair* com a *lady* revelado para quem quisesse ver.

D ⇒ — Para que mentir tanto se tu sabe que eu eu sei que tu não gosta de mim?

=====

**PARECER COMPLEMENTAR:**

Não se trata de erro de impressão, mas de reprodução de fala na qual ocorre repetição do pronome “eu”. Nesta questão, a única alternativa correta é a letra A.

**DECISÃO DA BANCA:** MANTER A QUESTÃO E O GABARITO.

=====

08) Leia as frases a seguir e analise as relações de significado expressas pelas orações destacadas.

- I *A fim de obter melhores resultados, a mãe do menino decidiu contratar uma professora particular.*
- II *Os agricultores terão enormes prejuízos se não chover nos próximos dias.*
- III *Assim que os portões foram abertos, a multidão entrou no estádio.*
- IV *À medida que se aproximava o dia da festa, a tensão entre os membros da comissão foi aumentando.*
- V *Não conseguiu chegar a tempo para a reunião de negócios porque o voo atrasou em São Paulo.*

De cima para baixo, as relações de significado expressas pelas orações destacadas são de:

A ⇒ concessão - finalidade - tempo - causa - proporção

B ⇒ finalidade - causa - consequência - concessão - tempo

C ⇒ finalidade - condição - tempo - proporção - causa

**Justificativa:** A resposta correta é “finalidade - condição - tempo - proporção - causa”, o que equivale, pela ordem: a finalidade da contratação de uma professora; a condição para ter prejuízos; o momento da entrada no estádio; a proporção do aumento da tensão; a causa da não chegada para a reunião.

D ⇒ proporção - comparação - causa - finalidade - consequência

=====

**PARECER COMPLEMENTAR:**

No caso, todas as orações foram destacadas. Conseqüentemente, todas as orações precisam ser analisadas para identificar em cada uma das alternativas as relações de significado e, assim, indicar a alternativa correta da questão. A resposta correta é a da letra C: “finalidade - condição - tempo - proporção - causa”, o que equivale, pela ordem: a finalidade da contratação de uma professora; a condição para ter prejuízos; o momento da entrada no estádio; a proporção do aumento da tensão; a causa da não chegada para a reunião.

**DECISÃO DA BANCA:** MANTER A QUESTÃO E O GABARITO.

=====

09) Assinale a frase em que ocorre uma forma verbal inadequada a contextos formais, especialmente na escrita.

A ⇒ Se os empresários da rede hoteleira quiserem, alguns parlamentares estarão dispostos a interpor recursos contra o projeto de regulação ambiental em áreas costeiras.

B ⇒ Ainda que fosse muito tarde para iniciar a obra, se houvesse vontade política em melhorar a qualidade da água na baía norte, ainda haveria recursos para esse empreendimento.

C ⇒ Os servidores da prefeitura municipal de Curitiba só aprovam o acordo se o prefeito retirar a proposta de reforma administrativa, suspender os vetos à lei de implantação da carreira e repor as perdas salariais de 2018.

**Justificativa:** Na frase “Os servidores da prefeitura municipal de Curitiba [...]”, a forma verbal “repor” deve ser substituída pela forma “repuser”. Nas demais frases, os verbos estão todos empregados de acordo com as normas da língua escrita padrão.

D ⇒ Quando ele reteve uma parcela do que nos devia, o judiciário interveio imediatamente.

=====

**PARECER COMPLEMENTAR:**

O argumento apresentado a favor da inadequação do verbo na alternativa A não procede. Na frase “Se os empresários da rede hoteleira quiserem, alguns parlamentares estarão dispostos a interpor recursos contra o projeto de regulação ambiental em áreas costeiras”, o verbo “estar” pode ser empregado tanto no tempo presente (estão) quanto no tempo futuro do presente (estarão). Em ambos os casos, o verbo está correto, o que leva à conclusão que a alternativa A está incorreta em relação ao que se afirma no *caput* da questão.

Na alternativa B, o verbo “haver” é impessoal, pois significa “existir”. Sendo assim, deve ser empregado na terceira pessoa do singular. Conclui-se, portanto, que na alternativa B está incorreta, pois nela não ocorre uma forma verbal inadequada a contextos formais.

**DECISÃO DA BANCA:** MANTER A QUESTÃO E O GABARITO.

=====



12) Sobre as obras literárias do Vestibular de Verão 2021 da Acafe, analise as afirmações a seguir:

- I** De acordo com Zilma Gesser, na obra *Negro*, os textos de Cruz e Sousa que “evocam a temática da negritude configuram-se no que há de mais identitário da essência do poeta, evocando o filho de escravos libertos, o menino negro educado por brancos”.
- II** O protagonista do romance *Cemitério dos Vivos* é um major de hábitos regulares, que trabalha como subsecretário do Arsenal de Guerra e que, durante os lazeres burocráticos, “estudou a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua história, na sua literatura e na sua política”.
- III** No conto *Venha ver o pôr do sol*, de Lygia Fagundes Teles, Raquel aceita o convite para encontrar-se no cemitério com seu ex-namorado Ricardo. Inicialmente o rapaz demonstra ser tão somente um caso típico de “coração partido” em busca de uma nova chance, mas em seguida a conversa entre os dois passa a ter um tom mórbido, uma vez que Ricardo começa a falar dos familiares que perdeu para a morte e que se encontram enterrados ali naquele cemitério.
- IV** Do conto *O grito*, incluído na obra *De Amor e Amizade*, de Clarice Lispector, extrai-se a seguinte citação: “E quando nos álbuns de adolescentes eu respondia com orgulho que não acreditava no amor, era então que eu mais amava; isso eu tive que saber sozinha. Também não sabia no que dá mentir. Comecei a mentir por precaução, e ninguém me avisou no perigo de ser tão precavida; porque depois nunca mais a mentira descolou de mim. E tanto menti que comecei a mentir até a minha própria mentira. E isso – já atordoada eu sentia – isso era dizer a verdade. Até que decaí tanto que a mentira eu dizia crua, simples, curta: eu dizia verdade bruta.”

De cima para baixo, é **correto** o que se afirma em:

A ⇒ I - III - IV

B ⇒ I - III

**Justificativa:** O comentário de Zilma Gesser, autora da obra *Negro – Cruz e Sousa*, faz parte de uma entrevista concedida por ela ao Correio Braziliense, disponível em: < [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/10/23/interna\\_diversao\\_arte,799972/escritores-brasilienses-ressignificam-o-legado-de-cruz-e-sousa.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/10/23/interna_diversao_arte,799972/escritores-brasilienses-ressignificam-o-legado-de-cruz-e-sousa.shtml)>.

Trata-se, portanto, de afirmativa correta.

A afirmativa sobre a obra de Lima Barreto está incorreta, pois o major de hábitos regulares é o protagonista do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, e não do livro de memórias *Cemitério dos Vivos*, do mesmo autor. (Cf. PRADO, Antônio Arnoni. *Lima Barreto: Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1980, p. 19).

O que se afirma sobre o conto *Venha ver o pôr do sol*, de Lygia Fagundes Teles está correto, conforme se pode verificar pela leitura do referido conto. Confira uma resenha do conto "Venha ver o pôr do sol" de Lygia Fagundes Telles em: < <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/literatura/resenha-conto-venha-ver-por-sol-lygia-fagundes-telles.htm>>. Todavia, considerando que o conto “Venha ver o pôr do sol” não faz parte da obra *Melhores Contos de Lygia Fagundes Teles* (Seleção Eduardo Portella) (conto), obra relacionada para o Vestibular de Verão Acafe 2021, a questão deve ser anulada.

A afirmativa está incorreta, visto que a citação de Clarice Lispector foi extraída da crônica *Sem aviso*, não do conto *O grito*.

C ⇒ II - III - IV

D ⇒ II - III

=====

**PARECER COMPLEMENTAR:**

O que se afirma sobre o conto *Venha ver o pôr do sol*, de Lygia Fagundes Teles está correto, conforme se pode verificar pela leitura do referido conto. Confira uma resenha do conto "Venha ver o pôr do sol" de Lygia Fagundes Telles em: < <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/literatura/resenha-conto-venha-ver-por-sol-lygia-fagundes-telles.htm>>. Todavia, considerando que o conto “Venha ver o pôr do sol” não faz parte da obra *Melhores Contos de Lygia Fagundes Teles* (Seleção Eduardo Portella) (conto), obra relacionada para o Vestibular de Verão Acafe 2021, a questão deve ser anulada.

**DECISÃO DA BANCA:** A QUESTÃO DEVE SER ANULADA.

=====

14) Sobre as escolas literárias, obras e escritores brasileiros, relacione a primeira com a segunda coluna.

- ( 1 ) Trata-se de uma obra que inclui anedotas da história brasileira, aspectos da vida urbana e rural do Brasil, sem deixar de fora a feitiçaria, o erotismo e o absurdo surrealista ( ) Refere-se ao romance *Inocência*.
- ( 2 ) Taunay escolheu para cenário de sua história a região Centro-Oeste do Brasil. A protagonista tinha sido prometida em casamento, pelo pai, ao sertanista Manecão. ( ) O *Cortiço*, de Aluísio Azevedo, obra que revela uma forte inclinação sociológica e representa um marco do Naturalismo no Brasil.
- ( 3 ) “Vozes veladas, veludosos vozes,  
Volúpias dos violões, vozes veladas,  
Vagam nos velhos vórtices velozes  
Dos ventos. Vivas, vãs, vulcanizadas.” ( ) *Macunaíma*, escrita por Mário de Andrade.
- ( 4 ) Jerônimo também se corrompe moralmente quando não resiste aos encantos de Rita Baiana. Seu destino é traçado quando mata Firmino, estando já contagiado pela malandragem e a violência do local. ( ) Poema simbolista de Cruz e Sousa, escritor catarinense.

A resposta **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ 2 - 4 - 1 - 3

**Justificativa:** A resposta 2 trata do romance *Inocência*, de Visconde de Taunay (Romantismo).

A resposta 4 trata do romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (Naturalismo).

A resposta 1 trata do romance *Macunaíma*, de Mário de Andrade (Modernismo).

A resposta 3 trata de uma estrofe do poema “Violões que Choram”, do poeta simbolista catarinense Cruz e Sousa.

B ⇒ 3 - 4 - 1 - 2

C ⇒ 4 - 2 - 3 - 1

D ⇒ 1 - 2 - 4 - 3

=====

**PARECER COMPLEMENTAR:**

O argumento não procede, tendo em vista que, além das obras de leitura obrigatória, entre as competências exigidas do candidato ao Vestibular de Verão Acafe 2021 constam as seguintes competências e habilidades:

Competência de área 5 - Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.

H15 - Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político.

H16 - Relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário.

H17 - Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional.

H20 - Reconhecer a importância do patrimônio linguístico para a preservação da memória e da identidade nacional.

**DECISÃO DA BANCA:** MANTER A QUESTÃO E O GABARITO.

=====